

SOBRE A QUALIDADE DO ATENDIMENTO EM CRECHES E PRÉ-ESCOLAS NO BRASIL

Entrevista concedida em 22 de agosto de 2006 pela Dr^a Maria Malta Campos às professoras:

Elaine de Paula - elaine@intergate.com.br
(da PMFLN, pedagoga, mestre em Educação e Infância pela UFSC)

Moema Kiehn - Moema@kiehn.org
(Pedagoga e mestranda em Educação e Infância na UFSC/PPGE)

Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Ciências de Educação
Núcleo de Estudos e Pesquisas da Educação na Pequena Infância

PERGUNTA: A primeira coisa que gostaríamos de esclarecer é sobre a abrangência da pesquisa. Percebemos que a pesquisa envolveu apenas quatro estados do país. É possível justificar a seleção desses Estados? Embora este aspecto já tenha sido abordado no relatório, ficamos curiosas em saber um pouco mais sobre o mesmo.

Profa. Maria Malta:- Bem. Acho que preciso explicar um pouquinho as condições de realização do trabalho para que sejam entendidas as várias opções. Não só, a opção pelos quatro estados, mas outras opções que também tenham a ver com as condições, em termos de possibilidades e de dificuldades e em relação aos meios que se dispunha para fazer a pesquisa.

- Já havia sido feita uma pesquisa muito semelhante a essa, sobre o ensino fundamental e ensino médio, a qual também partiu da “Campanha Nacional pelo Direito à Educação” e se chamou: “Pesquisa sobre qualidade da educação na escola”. Essa pesquisa foi realizada em Pernambuco e Rio Grande do Sul.

- E por que foi realizada em Pernambuco e Rio Grande do Sul? Primeiro porque havia pouco dinheiro para realizar o trabalho; segundo, porque era necessário haver uma equipe local que se responsabilizasse pelo trabalho de campo, pelo planejamento e, ainda mais, que se dispusesse a participar de reuniões de coordenação da pesquisa, em São Paulo, com os outros componentes da pesquisa. Além de tudo isso ainda precisavam ser equipes que já tivessem uma inserção na área de educação infantil e não só uma inserção acadêmica, mas uma inserção de compromisso, de luta pela educação infantil, uma vez que o trabalho tinha essa característica. Não se tratava de um trabalho puramente acadêmico, além de acadêmico ele era um trabalho de organizações que intervêm na realidade, que têm um compromisso com a realidade, o que significa, então, um trabalho que está um pouco no meio do caminho.

- Como essa outra pesquisa já tinha sido feita nos dois estados citados, conservamos os dois quando foi feita a pesquisa mais recente na educação infantil.

(Vale acrescentar que) - Quando foi feita a outra pesquisa todos começaram a cobrar: “Mas, por que vocês não incluíram a educação infantil?”; “Por que foi só o ensino fundamental e médio?”. Ora, porque quando desenvolvemos os questionários, os formulários, constatamos que as perguntas que tínhamos que fazer para a educação

fundamental e média não serviriam para educação infantil. E que as perguntas importantes para educação infantil não teriam cabimento fazer para ensino fundamental e médio, então, entendemos que não daria para ser na mesma pesquisa.

- Discutimos bastante este aspecto, mas achamos que mesmo assim não seria possível incluir também a educação infantil. A cobrança continuou por parte do MIEIB (Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil), alegando que o Movimento também se articulou no sentido de estar cobrando da “Campanha Nacional pelo Direito a Educação” a preocupação com a educação infantil e também ajudou a conseguir financiamento para fazer a pesquisa.

- Passado um tempo com essa cobrança, finalmente a *Campanha* conseguiu financiamento para uma nova pesquisa sobre cujo relatório estamos conversando. Foi um financiamento muito pequeno, liberado pela organização “*Save the Children*” que é da Grã-Bretanha (Reino Unido, como eles falam). Para vocês terem uma idéia da dimensão do recurso liberado, tivemos a metade do dinheiro que recebemos para fazer a Consulta anterior sobre o ensino fundamental e médio. Lembrem-se que a pesquisa anterior foi feita em dois Estados e essa atual foi feita em quatro. Isso em parte já responde o porquê da inserção de apenas quatro estados.

- Bem, os estados escolhidos pertencem a diferentes regiões do país e queríamos essa diversidade de região. Contudo, tinham que ser estados onde estivessem presentes equipes que se dispusessem a assumir um trabalho de campo, na verdade bem difícil de ser feito e que exige muito esforço. E para esse trabalho de campo não havia verba direcionada. Era de fato uma verba muito pequena. Então era necessário ter um apoio institucional. Por exemplo, orientadores interessados que seus orientandos participassem como pesquisadores ou seus orientandos de iniciação científica participassem, como foi o caso do Centro de Cultura Luiz Freire, que é uma ONG de Olinda em Pernambuco, que foi quem se encarregou da pesquisa em Pernambuco. O Centro arcou com as despesas que a pesquisa não poderia estar cobrindo. Ou seja, teve muito de trabalho voluntário também nessa pesquisa. Cooperação que conseguimos com essas quatro instituições que estão dispondo seus recursos para a realização da pesquisa.

- Fazendo uma síntese do porquê nos quatro Estados, posso dizer que: primeiro a gente achou que não existiam condições de fazer mais do que foi feito. Teve gente que perguntou se não queríamos fazer a pesquisa em Ribeirão Preto e em Brasília, mas entendemos que não tínhamos fôlego para conseguir concatenar, articular, planejar junto, fazer reuniões com todas essas pessoas, pois tudo isso custa dinheiro. Já era uma loucura fazer em quatro Estados com o financiamento destinado. Então isso já mostra um pouco desse nosso campo de trabalho onde as pessoas têm que trabalhar bastante na base do trabalho voluntário. Não teve nenhum outro motivo. Não foi assim escolhendo entre: “vamos fazer no Ceará ou no Piauí?”. Não, foi no Ceará por que no Ceará é que tinha equipe que estava disposta a fazer, que tinha inserção de pessoas com competência de pesquisa, porque também precisava ter a competência, não seria possível começar do zero com uma equipe. Teria que ser uma equipe que já tinha essa “tarimba de pesquisa”. Por isso trabalhamos com a equipe da Universidade Federal do Ceará que foi coordenada pela Silvia Cruz, e também por suas companheiras. Conforme já disse, em Pernambuco trabalhamos com o Centro Luis Freire, o mesmo que participou da outra pesquisa. Minas Gerais entrou pela primeira vez e ali organizamos duas equipes. Uma que dirigiu os trabalhos em Belo Horizonte e outra que o fez em Lavras, o que também foi a possibilidade de estar incluindo instituições rurais na amostra. No Rio Grande do Sul, a mesma Universidade Federal que também já tinha participado com uma outra equipe, porque agora entraram a Carmem Craidy e a Maria Carmem Barbosa que eram

as pessoas que tinham inserção e que tinham o interesse de um grupo de pesquisa que trabalhava na área.

- As pessoas perguntam também, “Por que não fizemos em São Paulo?” Ora, porque não dávamos conta. Já para dar conta dessa coordenação, de todo processamento de dados, foi uma trabalhadeira louca. E tudo feito assim, meio desprotegido, em termos de meios. Olha, a gente esticou esse dinheirinho o máximo que deu.

PERGUNTA: Considerando que uma pesquisa pode produzir resultados a partir de análises por amostragem, até que ponto você entende ser possível traçar um perfil da Educação Infantil brasileira a partir do levantamento nesses quatro estados?

Profa. Maria Malta: - Ótimo, achei importante que vocês tenham tocado neste aspecto.

- Vejam, a nossa amostra não foi uma amostra probabilística. O que significa que ela não permite que você tire conclusões sobre, por exemplo, as instituições que foram estudadas no Ceará, não permitem que você diga que o Ceará é assim. Então, porque e como foram escolhidas as instituições que fizeram parte da pesquisa. Tomamos a decisão de procurar cobrir o máximo possível de tipos de instituições dentro das nossas possibilidades. Através de outras pesquisas realizadas anteriormente sabíamos com razoável segurança quais os diferentes tipos de atendimento que existiam: atendimento direto, conveniado, atendimento municipal, estadual ou particular, com fins lucrativos, cooperativos, comunitários, filantrópicos, no centro da cidade, periferia, na capital, no interior, urbano ou zona rural.

Tínhamos já a idéia de todas as modalidades que podem existir na educação infantil que são muitas, inclusive classes anexas às escolas de ensino fundamental. Queríamos cobrir o máximo possível de modalidades, mas tínhamos clareza de que não poderíamos cobrir todos os tipos de modalidades na proporção que desse para uma nota probabilística, por que na nota probabilística você deveria ter essas modalidades na proporção em que elas existem no universo, e a gente não teria condição de estar fazendo isso. Então o que se pode dizer é o seguinte: procuramos abranger o máximo possível de tipos, a partir daquilo que já conhecíamos dos outros dados, dos outros trabalhos, por exemplo: sabemos que uma instituição de educação infantil na área rural não é muito comum, é raro, mas queríamos que tivesse uma ou duas em nossa amostragem, o que já aconteceu quando trabalhamos no estado de Minas Gerais, por que era lá que existia aquela equipe que tinha condições de estar nessas escolas rurais, e também era onde existiam essas escolas, pois não é em todo lugar que elas existem. O que a gente pode dizer é que foi uma amostra intencional, no sentido em que ela cobriu diferentes tipos de oferta e instituições. Como sabemos que esses tipos existem pelo Brasil todo, podemos fazer algumas generalizações. Não uma generalização estatística. Não podemos dizer, por exemplo, que as mães de Pernambuco pensam assim, nem que existem milhares que moram lá e pensam assim, mas podemos dizer que existem mães lá que pensam assim.

PERGUNTA: Outra questão que a gente queria um esclarecimento, é sobre os objetivos principais da pesquisa articulados aos organismos que apoiaram. O MIEIB, a Campanha, e inclusive o apoio da *Save the Children* do Reino Unido. Como se organizou isto ? De que forma que foi. Houve convergências, divergências como que foi afinado esse discurso ?

Profa. Maria Malta: Isso trouxe uma riqueza para o trabalho, mas também trouxe tensões. Do ponto de vista da instituição financiadora, nós tivemos muita sorte. É sorte mesmo! Porque isso depende muito mais das pessoas que estão naquele momento na instituição do que da própria instituição. Por exemplo, a *Save the Children*, é uma instituição muito tradicional que existe na Inglaterra e em outros países. É assim, aquela coisa de adotar uma criança, de pessoas terem a fotografia da criança; possui também trabalho com crianças em situação de risco, combate à violência contra as crianças, muito nessa linha de trabalho. Mas também tem uma linha que está crescendo e que defende um debate interno na própria instituição de apoiar as formas de atendimento mais formais e educacionais. E essa pessoa que foi quem chamou a Márcia, que foi a pessoa que estava responsável pela instituição, e que acompanhou toda a pesquisa, isso também foi uma novidade, porque geralmente essas instituições elas dão dinheiro, e depois querem o relatório. Ela acompanhou, ela participou de todas as reuniões de planejamento, ela contribuiu com materiais, com artigos, com literatura, leu e trouxe textos para nós lermos. Ela foi ótima. Ela teve uma participação que eu considero extremamente positiva. Ela também foi muito importante, pois incentivou a fazer as entrevistas com as crianças. Porque eles agora têm um movimento, principalmente nos países da Europa e essas organizações também compartilham, que é a coisa de dar a voz também às crianças.

Isso começou assim em áreas críticas, em momentos de guerra, de perseguição, ou das crianças que ficam abandonadas ou que perdem os pais. Nessas regiões de conflito, é muito importante você treinar o pessoal que atende, que dá assistência para eles escutarem o que a criança tem a dizer sobre o que ela passou. Muitas vezes os adultos querem esconder o que aconteceu com a criança, pois de alguma forma, eles se sentem culpados e não querem aparecer. Então em situações assim de conflito, de risco, de violência, existe esse movimento muito forte que é de encontrar estratégias de dar a voz às crianças.

E no campo da pesquisa isso também está tendo uma importância grande e a Márcia foi a pessoa que nos incentivou o tempo todo: “vamos ouvir as crianças, vamos fazer entrevistas com as crianças”. Inclusive depois que o trabalho terminou, ela quem financiou um encontro em Fortaleza sobre pesquisa com crianças, no segundo semestre do ano passado, para discutir a metodologia de pesquisa com crianças. A Silvia Cruz foi que coordenou este encontro na Universidade Federal do Ceará. Tudo aconteceu por puro incentivo da Márcia. A participação dela então isso foi muito positiva.

É importante perceber que às vezes você fala alguma coisa de uma organização e quando você vive a situação não é exatamente igual. Porque, de um lado, existem contradições internas nas próprias organizações. De outro, quando eu digo que traz tensões, traz tensões sabem por quê? Porque quando você está no lugar de um militante, de alguém que está lutando por alguma coisa, você tem que defender posições. Um exemplo é o pessoal do MIEIB. Educação Infantil é importante, a creche, a pré-escola são importantes. É importante que a lei seja cumprida, é importante que seja educacional, que não seja só assistencialista.

Mas na hora que você está fazendo uma pesquisa, *Consulta* significa que você vai ouvir as pessoas, que elas não vão dizer só o que você gosta, só o que você quer ouvir. Elas não vão dizer que a LDB é muito importante. Dependendo da condição de vida da pessoa, a pessoa pode dizer assim: “Eu tenho que trabalhar e quero um lugar para deixar meus filhos; quero que ela coma também, porque na minha casa não tem comida”. Com tudo isso, fica difícil organizar tantas informações na cabeça de quem é

militante. E a gente está vivendo essa tensão agora, pois esse é o momento da elaboração do relatório.

Pessoalmente para mim está sendo muito difícil porque eu tenho formação de pesquisadora e quero escutar o que as pessoas disseram. Quero também que o relatório reflita todas essas opiniões e concepções que as pessoas têm, gostando delas ou não. As pessoas têm determinadas opiniões porque existem motivos históricos, sociais, culturais, etc., para isso. Como pesquisadores não devemos pira e simplesmente, calar essas vozes. A gente tem que procurar entender. Como em uma pesquisa, todos marcam que o critério mais importante é *cuidar bem*. De imediato as pessoas botam a mão na cabeça e comentam: “Ai meu Deus! As pessoas responderam *cuidar bem*”. Vamos discutir então porque elas responderam isso. A tensão muito se reflete pela própria origem da nossa pesquisa. Não é uma pesquisa só acadêmica, só no campo de busca de conhecimento. Ela tem seu lado militante que é importante também, porque trás um entusiasmo, trás as questões para o momento de realização das pesquisas. O lado militante buscava, não só curiosidade, mas também fazer as pessoas refletirem.

Nós resolvemos então construir um questionário com esses dois objetivos: colher o dado e fazer as pessoas refletirem. E nas avaliações que nós lemos (essa parte não consta no relatório) as pessoas respondiam assim: “*puxa nunca tinha pensado sobre isso, puxa aqui na minha escola nunca nós discutimos sobre isso, puxa nunca ninguém veio conversar com a gente sobre essa questão da qualidade*”. Notamos que as pessoas refletem a partir do ponto em que elas estão, a partir da sua própria concepção.

Ouvimos pessoas bem diferentes: professores, diretores, coordenadores, escutamos os funcionários operacionais, os pais que tinham crianças na escola e os pais que não tinham crianças na escola, escutamos também lideranças significativas da comunidade, enfim buscamos escutar os que estão entorno dessas instituições. Portanto, pessoas muito diferentes e de classes sociais diferentes (as instituições tinham perfis de classes diversos), destaque ainda que as regiões eram diversas.

PERGUNTA - De que forma a pesquisa buscou capturar o significado dessa expressão, que é a tão falada, *a qualidade*, e que tem sido tão questionada no momento. Como foi capturar isso nos vários segmentos. Segmentos tão diferentes, as crianças, os pais.

Profa. Maria Malta: Ah! Este é realmente um aspecto muito importante. Uma coisa que confunde muito é achar que nós avaliamos a “qualidade” dessas instituições. Nós não avaliamos a qualidade dessas instituições, nem buscamos isso. Se quiséssemos fazê-lo, a pesquisa teria que ser completamente diferente desta.

Nós queríamos era saber o que as pessoas pensam sobre a qualidade, o que é um objetivo completamente diferente. Claro que aquilo que elas pensam sobre qualidade, é influenciado pela experiência que têm, pela vivência naquela instituição. Mas uma coisa não é exatamente a outra. Avaliar a qualidade da instituição é diferente do que perguntar para as pessoas o que elas **pensam** sobre a qualidade da educação infantil. E como a gente não queria escutar essas opiniões, então a gente desenvolveu uma outra maneira de estar perguntando isso.

Mas por que nós achávamos importante escutar as opiniões? Ora, porque existe hoje todo um debate sobre a qualidade da educação. E esse debate é maior no ensino fundamental e médio, mas também ele é importante na área da educação infantil.

Dentro deste debate existem muitas questões. Quando se fala de qualidade, o que está se entendendo por qualidade? Se você vai avaliar a qualidade, qual(s) o(s) critério(s) que você vai utilizar, como você vai medir essa qualidade? E se você chegar à

conclusão de que a qualidade não é boa, como que você vai trabalhar para melhorar essa qualidade? Como deve ser feito esse trabalho?

De tudo que nós já lemos, já debatemos, já discutimos incluindo a experiência que as pessoas têm na prática, nas redes, concluimos que se não houver um envolvimento grande das pessoas que estão no dia a dia fazendo a educação infantil, os protagonistas que estão na ponta da linha, lidando diretamente com a criança, a mãe, os funcionários, a diretora, se não houver envolvimento de todos para alcançar essa melhoria na qualidade, pode realizar qualquer documento, podem fazer todas as avaliações que nada vai acontecer, nós já sabemos disso. Porém se isso é verdade, se você precisa envolver as pessoas, se você precisa encontrar estratégias para estar envolvendo as pessoas, para estar sensibilizando a questão da qualidade na instituição, nós precisamos partir do que existe, do que as pessoas pensam. Nós não sabemos o que elas pensam. Existem muito poucos trabalhos sobre isso. Por isso que a primeira idéia foi ouvir. Apesar de ser este o primeiro passo isso esgota. Teríamos que ir mais a fundo. Por exemplo, nós só trabalhamos com o que as pessoas disseram, não trabalhamos com a questão do que elas fazem. Pode-se às vezes, falar uma coisa e fazer outra. As professoras falaram coisas lindas para nós, que se deve desenvolver a cidadania, a formação integral, a criatividade, os valores. No discurso delas tudo isso está presente, agora será que na prática dela está presente? Não sabemos. Então esse é uma primeira exploração do que as pessoas estão pensando sobre essa questão. E é importante perceber que nunca em muitas das instituições se pensou nisso. É incrível.

Inclusive na outra pesquisa que foi feita com ensino fundamental e médio, muitos professores formados no ensino superior, diziam o seguinte: “nunca ninguém veio aqui na escola para pensar sobre esse assunto com a gente; nunca nós discutimos isso aqui na escola”. Nós estamos começando a fazer essa discussão e foi muito interessante trabalhar com as equipes nos quatro Estados. Por um lado, Estados com comunidades bem diversas, por outro, parecidas. Existe um paradoxo na educação infantil. Você se depara com diversas condições de funcionamento, principalmente de infra-estrutura, essas variam muito conforme a prefeitura, o governo, o dinheiro, etc. As instituições são de vários tipos. Mas existem alguns padrões que são muito fortes e que se repetem em todos os lugares. Isso é uma coisa muito impressionante. Por exemplo: uma ficha que nós fizemos de caracterização, para traçar o perfil desses professores: quem eles eram, que nível eles tinham, que idade, e todas as características que a gente coloca no perfil dos entrevistados, pode-se ver que a escolaridade dos professores hoje é muito baixa, significativamente mais baixa nas creches comunitárias.

PERGUNTA: Ainda em torno da questão da qualidade, quanto ao assunto da diferença, essa constatação da qual falava, essa constatação empírica. Eram muito grandes as diferenças entre as filantrópicas, as públicas e as particulares?

Profa. Maria Malta: Começamos agora a explorar isso. Existem algumas tabelas separadas por tipo de instituição. Mas dentro do mesmo tipo também encontramos diferenças.

Então como nós vemos isso? Os entrevistadores preenchem uma ficha sobre a instituição. Coisas bem básicas e fáceis de definir porque não tínhamos muito tempo para perguntas mais aprofundadas. Por essas características e pela descrição você já via as diferenças. Por exemplo, dentro das próprias instituições privadas existem diferenças muito grandes. Nas filantrópicas e conveniadas também. Umas com condições muito favoráveis outras com condições muito precárias. Nós que conhecemos a realidade

sabemos que é assim. Às vezes, na própria rede, onde tudo é mais padronizado, você encontra no mesmo bairro uma escola que é de um jeito e outra, bem diferente.

E as escolhas das instituições também é uma coisa difícil da pesquisa que não permite muito essa generalização. As escolhas foram feitas pelas equipes locais, pois nós não tínhamos como fazê-las. Cada equipe teria que encontrar instituições daquele tipo e falar a qual escolas iriam. Porém, você também não está vendo os motivos que levam a aquela escola ou a qualquer outra. Tinha também outra questão: as próprias pessoas que estavam meio que ajudando na pesquisa. Como por exemplo, lá no interior do Rio Grande do Sul. A Carmem Craidy, tinha uns amigos que moravam em Caxias e ela se propôs a fazer a pesquisa lá. Então se os seus amigos não fossem de Caxias e fossem de outra cidade, ia-se fazer na outra cidade.

Um outro exemplo é uma escola municipal que é super pesquisada, todos os alunos da universidade vão lá. Ela é uma escola famosa e foi incluída na pesquisa. E quando você vê o que as pessoas dessa escola falam dela, é muito interessante porque elas têm orgulho daquela escola, elas falam da escola com orgulho. Mas também têm queixas. Eu até não sabia disso. Quando eu fui lá para conversar com a equipe, o pessoal comentou várias coisas comigo e eu comecei a entender porque o pessoal tinha falado aquilo no questionário. Vejam, foi a equipe local que escolheu aquela escola, e escolheram porque achavam importante ter uma escola considerada boa dentro da amostra. Foram eles que resolveram isso, não fomos nós.

Lá em Fortaleza me deparei com um sistema que me chamou muito a atenção. As informações coletadas falavam em “anexos”. Eu custei entender o que era. O que seriam os “anexos”? É assim: tem uma escola de ensino fundamental da prefeitura e tem aquela demanda absurda para educação infantil que eles não sabem como atender. Então, eles alugam uma casa, abrem duas ou três classes no bairro, mas que não tem estrutura para ser uma escola, para ter direção, para ter secretaria. Eles consideram, então, que aquele espaço faz parte de uma escola, que pode ser próxima ou, às vezes, é até meio longe. Esses espaços são considerados filhotes de uma escola. Esses filhotes são o que eles chamam de anexos. É um outro lugar. Os professores vão lá sozinhos todo dia, abrem a casa, cumprem o horário e vão embora. Não tem estrutura de suporte ali, o suporte está na escola supostamente oficial. E é claro que não tem uma escola ali, a situação é muito precária. Essas “escolas” foram incluídas na amostra, mas na realidade o que existe são esses anexos. É assim que funciona.

PERGUNTA - Professora, insistindo ainda um pouco nessa questão da qualidade, do conceito, do significado da qualidade. A senhora falou sobre os segmentos no âmbito da pesquisa, das equipes, das famílias. Queríamos trazer um pouco essa discussão para o âmbito político, para o âmbito dos organismos nacionais e internacionais, sejam governamentais ou não. A senhora disse que houve tensões, concordando com as tensões em função da militância de alguns pesquisadores e até da característica do organismo envolvido. Soubemos agora que a discussão de qualidade não acontecia, é um assunto bastante novo, e causou estranhamento aos educadores trazer essa discussão para a educação infantil nos quatro estados pesquisados. Mas isso não é novo, acreditamos, para os organismos que estavam patrocinando e apoiando a pesquisa. De que forma aconteceram essas discussões? Houve momentos de discussão sobre o que seria a “qualidade”?

Profa. Maria Malta: Durante o planejamento da pesquisa fizemos alguns seminários, em que os coordenadores dos estados participaram. Não com as equipes todas, mas os

coordenadores vieram. A gente discutiu alguns textos e um pouco sobre as concepções. Isso em relação à pesquisa propriamente dita.

Como essas equipes eram equipes que nós já tínhamos um contato grande e todo mundo se conhecia, as reuniões foram muito divertidas porque todo mundo já tinha uma piada sobre as experiências e seus debates. Esse debate já existe na área há algum tempo, embora ele seja ainda mais ou menos restrito, ou seja, ainda não atingiu plenamente as bases. Mas devagarzinho está chegando lá. Isto significa que no caso da pesquisa tivemos que “acertar os ponteiros” entre a equipe central e as equipes locais.

Naquilo em que chegamos a um consenso sobre a questão da qualidade, foi o que tentei resumir no início da entrevista, pois tem muita relação com o nosso ponto de partida. Está bem simplificado aqui, bem sintético, mas nós debatemos, discutimos os textos.

Os questionários, por exemplo, os formulários que são os que chamamos de instrumentos de pesquisa, eles foram todos construídos coletivamente nesse planejamento. Nós discutimos pergunta por pergunta com todo mundo e depois foi realizado um pré-teste. Todas as equipes fizeram pré-teste, e modificamos alguns pontos a partir do resultado obtido. Tinha que ser o mesmo para todos para depois podermos comparar um com o outro. Isso tudo foi feito conexamente. E teve uma discussão muito interessante porque na hora que você tem que traduzir algo em pergunta, você tem que afinar muito os conceitos.

PERGUNTA – Agora uma questão quanto aos resultados. Que indicativos já se pode antever a partir dos resultados dessa pesquisa?

Profa. Maria Malta: Ah! Tem bastante coisa, mas não é fácil resumir. Talvez fosse interessante começar a contar como organizamos o relatório da pesquisa.

Começamos contando um pouco dos antecedentes da pesquisa. Como foi realizada, depois em outra parte, colocamos o perfil das instituições: quem são essas 52 instituições que foram visitadas, que características elas tem, em geral, o perfil dos entrevistados.

Cada entrevistado tinha uma ficha. As crianças também tinham, eram poucas perguntinhas, mas nós também a fizemos. E depois nós vamos ter as respostas dos questionários, perguntas pré-codificadas, que tinham critérios de qualidade. A pessoa colocava o critério em uma escala que ela considerava mais importante, pouco importante, menos importante. Reparamos que na lista deles, apareciam coisas contraditórias. Isso também é difícil das pessoas entenderem, pois, elas acham que nós só colocamos na lista, aquilo que nós achamos que é importante, mas não foi assim. Colocamos o que resumia o que as pessoas acham em geral. E as pessoas em geral acham coisas diferentes. Por exemplo, algumas pessoas entendem que alfabetizar na pré-escola é importante, outras acham que não é importante.

No questionário você vai encontrar como critério de qualidade: funciona em prédio limpo e bem cuidado; a comida é boa e nunca falta; cuidam bem das crianças; possui livros infantis, brinquedos e atividades; exigem ordem e disciplina.

Pois é, eu pessoalmente posso não achar muitas dessas coisas importantes, mas tem quem ache. Então como nós queríamos captar essas diferentes opiniões, nós tivemos que incluir aqui: *valoriza a participação das famílias; contrata professores formados; paga bem professores e funcionários; as crianças sentem vontade de ir; estimula a cooperação entre as crianças*. Percebemos bastante controvérsias: *alfabetiza a criança ou não; prepara as crianças para o ensino fundamental ou não; aceita*

criança com deficiência ou não; possui projeto pedagógico ou não; etc. A lista ficou enorme porque na primeira vez que nós discutimos isso, todo mundo queria por de tudo na lista. Tivemos que ir cortando. Para se conseguir chegar até aqui foi uma luta.

PERGUNTA: Professora, e quanto a esses resultados? Duas questões chamaram bastante a nossa atenção e acabamos de tocar nelas agora, enquanto conversamos com a senhora. Uma é a questão da educação infantil enquanto preparatória para o ensino fundamental. Isso não apareceu de forma muito unânime, nem para equipe, nem para as famílias. Chegamos até a comentar que isso contrapõe o que as pesquisas da área apontam em geral.

Profa. Maria Malta: Bem, essa questão, para podermos interpretá-la melhor, requereria um outro tipo de pesquisa. Para investigarmos melhor isso, teríamos que fazer um debate em grupo. Teríamos que fazer uma pesquisa mais aprofundada e ver o contexto em que a equipe pesquisadora trabalhou. Nós percebemos isso tanto em Minas como no Rio Grande do Sul, onde algumas administrações municipais tiveram orientação pedagógica muito ativa, muito propositiva e tiveram uma grande influência na rede..

Então quando você vai à rede escuta os reflexos daquela orientação, daquela determinada orientação pedagógica. As pessoas acreditaram naquilo e as respostas que elas dão refletem toda uma orientação pedagógica. Como nós não temos a possibilidade de fazer essa relação, porque não temos esse dado, a pesquisa não é aprofundada, não dá para saber como e o que aconteceu na história dessa rede, como foram as formações, que tipo de proposta predominou. As pessoas estão falando dessas influências. Então, isso requereria um outro tipo de abordagem, que aqui nós não tivemos condições de fazer. Nós só podemos mostrar que existem coisas muito interessantes.

PERGUNTA: Quando vimos o quadro e lemos a análise, nos pareceu como um sinal de alerta no sentido de existir uma certa discrepância entre a pesquisa na área e o que acontece, de fato, dentro das 52 instituições pesquisadas. Isso nos fez pensar várias coisas, por exemplo: qual seria, então, o papel da educação infantil? A nós, parecia que a herança *preparatória* era ainda muito forte e agora não é mais. Seria, agora, o traço forte uma espécie de *adestramento social*? Talvez, não possamos estar usando esta expressão, mas gostaríamos de saber sua opinião quanto a isso.

Profa. Maria Malta: Talvez aquilo que alguns analistas estão chamando de educabilidade. Criar na criança essa educabilidade, que na realidade é tornar a criança adaptada ao meio escolar, para depois, na primeira série, ela conseguir proceder de forma adequada e se desenvolver. Tem mais a ver com objetivos comportamentais do que com objetivos de conhecimento, de desenvolvimento. Nem todos, mas alguns trouxeram esse tipo de resposta e isso é muito forte na educação infantil.

PERGUNTA: Outra questão que nos chamou a atenção foi sobre a formação dos professores. A questão da formação, embora apareça valorizada, não apareceu de forma tão contundente como imaginamos que apareceria.

Profa. Maria Malta: Acho que agora, temos que começar a pensar em uma coisa. Na realidade, se você for pensar em ensino fundamental e ensino médio, já se tem uma maior parcela de pessoas formadas. Em São Paulo, por exemplo, se formos analisar os

professores do ensino fundamental, a maioria deles já tem nível superior. Quem dá aula de primeira à quarta série tem curso de pedagogia. Contudo, as famílias sabem muito bem que isso não é suficiente, pois está cheio de professores que puxam a orelha, que puxam o cabelo, que batem, embora sejam formados em curso superior. Está cheio de professores que não ensinam e que também são formados em curso superior. Está cheio de professores que deixam “o menino” chegar analfabeto à oitava série e são formados em nível superior.

Talvez, essa desconfiança sobre a formação, sobre o professor que é formado, talvez isso seja até usado contra as pessoas que vão reclamar dos professores. Nos conflitos que às vezes acontecem na escola, muitas vezes estes que vão reclamar são pessoas pobres com baixo nível de escolaridade, e isso é usado contra elas. Fala-se: “Quem é você para estar criticando um professor formado?”.

Essas são coisas que comecei a pensar sobre a discussão que se instalou, mas nada está no relatório. A questão da formação deu uma discussão enorme. Todos achavam que 100% dos professores iriam dizer que eram formados, mas isso não aconteceu. Penso que nós tínhamos que começar a pensar melhor sobre isso. Não que os professores não devam se formar, claro que devem, mas isso só não basta. E quando a criança é pequena a coisa fica ainda mais patente.

Para as famílias, principalmente as que vivem em situação de pobreza, o que está disponível para elas? Em geral, uma instituição também pobre e, na maioria das vezes, precária. Surge então a desconfiança: será que vão cuidar bem do meu filho? Que é pretinho, feinho, sujinho, com o nariz escorrendo, será que vão cuidar bem dele? Então chega o Diretor e diz assim: o professor é formado. Eu não tenho respostas, mas acho que nós temos que começar a pensar sobre essas coisas. Pensar sobre essas incongruências, sobre uma situação de naturalidade do ensino, que se passa.

PERGUNTA: Achamos que os próprios professores não apontam a formação como dado “muito importante”, embora eles estejam estudando. Sabemos que a formação não garante a qualidade do atendimento, mas possibilita uma reflexão. Então, o fato de 60% dos professores da amostra, de alguma forma, terem voltado a estudar e, ainda assim, não anotarem isso como “muito importante”, pareceu-nos um pouco contraditório.

Profa. Maria Malta: Há que se agregar a esta evidência, alguns outros fatores, olhar este fato de um outro viés. Por exemplo, no caso das creches, principalmente as creches do estado (ligadas à assistência), lembrar que os professores, educadores e educadoras, não tinham formação. Então o fato de se exigir formação não era relevante. Mas instalasse um medo muito grande no momento em que a educação assume o sistema. Acho que esse fato, de alguma maneira, intervém. Tanto como intervém a questão do magistério não ser suficiente e de precisar ter um curso superior de pedagogia. Para quem tem só o magistério, isso também é uma ameaça. Pagar uma faculdade, ter que estudar de noite no fim de semana. Eu fico pensando também, na tensão que existe entre o que você me diz, o que você acha, e aquilo que segue o interesse da pessoa.

PERGUNTA: Por outro lado, a formação por si só não seria suficiente também.

Profa. Maria Malta: Existem muitas professoras que fizeram um bom curso normal, mas que vão fazer um curso de pedagogia ruim, e qual a razão que ela arranjou se

aprendeu muito mais na escola normal do que está aprendendo nesse curso de pedagogia. Ela também tem razão.

PERGUNTA: Conversamos sobre a consulta feita às crianças. Gostaríamos de saber um pouquinho sobre isso. Para nós, perceber a criança como co-participante, como sujeito da pesquisa é algo muito recente. Tirá-la do anonimato, de fato ouvir as várias expressões orais, gráficas. Saber o que fazer com essas expressões ainda é muito recente, muito inicial para nós. Mas gostaríamos de saber um pouquinho mais sobre isso com a senhora. Como é que foi ouvir as crianças?

Profa. Maria Malta: Tivemos uma grande sorte. Quando a Márcia, da *Save the Children*, insistiu em ouvir as crianças, e ela insistiu bastante, eu pessoalmente fiquei muito receosa porque sei que quando você está trabalhando com crianças, você tem que ter um bom treinamento anterior, tem que ter desenvolvido uma metodologia que funcione bem, pois realizar entrevistas com crianças é muito difícil. Geralmente elas não respondem quase nada, principalmente as pequenas. Eu tive experiência própria com isso. Tenho dito, sorte, porque havia na equipe da Silvia Cruz (Ceará) trabalhos nessa linha, com algumas reflexões já desenvolvidas sobre o assunto. Também quando eu estava explicando isso à Cláudia Fonseca (professora de Lavras, Minas), ela se mostrou muito interessada na experiência. Conseguimos, então, formar subgrupos de pesquisa que discutiram e se propuseram a desenvolver a metodologia de trabalho. Dessa forma foi possível melhor definir a forma de trabalhar com as crianças.

Contudo, tivemos muita dificuldade e muitos problemas com esse trabalho com as crianças, pois cada equipe o tomou de um jeito. A equipe do Rio Grande do Sul, por exemplo, não se entusiasmou com esse trabalho e deixou por conta das estagiárias fazê-lo. Cada uma fez de um jeito. Muitas não se propuseram a gravar e depois nós não conseguimos aproveitar tudo, só alguns. Deu muito trabalho. Já no Ceará e nos outros Estados, os trabalhos foram mais interessantes. No Ceará, especificamente, foi o que se adequou melhor, a Silvia acompanhou pessoalmente todos os grupos de crianças, foi a cada unidade e que deu ao trabalho uma maior consistência. É muito difícil fazer esse trabalho.

Na avaliação da experiência nós vimos, por exemplo, que a técnica desenvolvida, a de contar a história e depois fazer as perguntas, demandava muito tempo e cansava as crianças. Eu vi isso na hora em que nós fomos analisar o material na Fundação. Quando pegamos as transcrições das entrevistas feitas com as crianças, nós vimos que as perguntas eram muito parecidas entre si, e que as crianças não conseguiam distinguir a diferenças.

Às vezes era difícil perguntar tudo. Na avaliação da Silvia aconteceu igual. Se nós fossemos fazer tudo de novo, nós íamos simplificar a história e também as perguntas.

Mas apesar disso, o tipo de dado que nós conseguimos foi bastante interessante. As entrevistas com as crianças foram gravadas por grupos e depois de transcritas, nós trabalhamos com análise de conteúdo, auxiliados por um programa de informática chamado *Alceste*.

Mas como cada Estado realizou a pesquisa de um jeito, nós tivemos que separar tudo por Estado e isso dificultou muito. Você sente a diferença do trabalho que foi realizado com as crianças no próprio material. Teve alguns grupos de crianças que foram lacônicos, os termos usados pelas crianças são monossílabos e se repetem: um fala “carrinho” outro fala “carrinho”, outro também fala “carrinho”, outro de novo fala “carrinho”. Um outro grupo de crianças, da mesma faixa etária, não parava de falar e

inventar um monte de histórias, e falavam, e falavam, e falavam. O próprio nível de oralidade, de expressão oral é muito diferente.

Além disso, como em cada estado as equipes tiveram orientações um pouco diferentes a qualidade do material também ficou diferente.

No Rio Grande do Sul nós tivemos que pedir muito para que as pessoas mandassem as gravações e mandassem as transcrições. Na Fundação nós demoramos seis meses, eu e a Miriam, trabalhando direto para fazer essa análise do material das crianças para só depois poder mandar para Silvia e ela fazer o relatório.

PERGUNTA: As entrevistas eram sempre coletivas?

Profa. Maria Malta: Eram sempre coletivas com grupo de cinco ou seis crianças.

PERGUNTA: Além da oralidade também tinha o desenho? Eles também desenhavam?

Profa. Maria Malta: Sim, mas essa parte nós não analisamos, pois juntou muito material e não tínhamos condições de analisar tudo. Mas percebemos que os desenhos eram muito legais.

PERGUNTA: Professora, e quanto à receptividade das crianças. Houve algum retorno das equipes sobre esse aspecto?

Profa. Maria Malta: Sim. As crianças adoraram. Primeiro, porque raramente alguém presta atenção no que elas falam, e elas foram muito valorizadas. Depois, porque as pesquisadoras sempre levavam materiais: canetinha, lápis, papel e as crianças adoram trabalhar com eles e normalmente elas não os têm.

Nós temos várias testemunhas que comprovam que as crianças curtiram, mas elas também ficaram um pouco cansadas devido às muitas perguntas. E como eu já havia dito, na hora em que você lê a transcrição você sente o cansaço, aquele pesquisador que pergunta tudo de novo. Mas de maneira geral foi uma experiência muito, muito interessante. Eu mesma fiquei surpresa.

PERGUNTA: As entrevistas com as crianças foram coletivas, mas em números de quantos? E elas estavam em espaços diferenciados das demais crianças para essa conversa?

Profa. Maria Malta: As crianças eram tiradas da sala, a coordenadora ou a diretora que eram quem chamavam as crianças. As pesquisadoras pediam primeiramente àquelas crianças que quisessem. Procurava-se trazer também, um número igual de meninos e meninas para ter uma diversidade no grupo e depois todos iam para uma sala, uma mesa separada, para se fazer o trabalho.

Todo o trabalho da pesquisa, inclusive com os adultos nas escolas, foi muito difícil devido à interferência de barulhos ou até mesmo a falta de espaço. Vários pesquisadores relataram que começaram a entrevista em um lugar e que depois tiveram que ir para outro, principalmente por ter muito barulho e por outros fazerem interrupções nas entrevistas. Tem vários relatos desse tipo. Então, procurávamos levar as crianças para um lugar sossegado, mais sossegado possível, a depender das condições

da escola. Tudo isso influencia. Se vocês lerem os materiais, vocês verão a diversidade. Tem entrevista que que rendem duas páginas de frases cortadas e têm outras que dão dez páginas. Há uma grande diversidade de condições e do material colhido.

PERGUNTA: Gostaríamos de saber um pouco mais sobre o estudo de caso. Foram feitos estudos de caso nessa pesquisa? Qual a importância desse estudo de caso na questão metodológica?

Profa. Maria Malta: Na realidade, eu nunca coloquei muita fé nesses estudos de caso. Não por nada, mas porque esse tipo de estudo é algo muito trabalhoso, exige muita dedicação, muito tempo. Só *parece* fácil, mas é muito difícil. E não é porque eu não via naquelas equipes condições de elas fazerem esse estudo de caso. Só para conseguir fazer o de campo já ia ser muito difícil. Mas as próprias equipes insistiram na realização dos estudos de caso e cada equipe local realizou o seu estudo e o seu relatório.

No Rio Grande do Sul o estudo foi feito sobre Creche de Empresa, em Minas Gerais foi feito sobre as Creches Rurais, em Pernambuco foi feito sobre as Creches Indígenas. Esses relatórios possuem mais uma forma de descrição, ainda um pouco preliminar. Não teria condições de se estar fazendo um estudo de caso. Contudo, no início, quando eu conto a pesquisa, muitas coisas aproveitei dos estudos de caso, dos relatos, como foi, o que foi encontrado.

PERGUNTA: Mas a Senhora enquanto pesquisadora acha que o estudo de caso favorece a pesquisa?

Maria Malta: Sim, seria ideal se nós tivéssemos alguns estudos de caso mais aprofundados sobre algumas dessas instituições. Eles iluminariam os próprios dados da pesquisa. Muitas questões que vocês colocaram, por exemplo, poderiam ser melhores exploradas em alguns estudos de caso.

PERGUNTA: O que mais seria necessário para que eles pudessem melhor realizados?

Maria Malta: Tinha que ter tido muito mais tempo, muito mais dedicação.

PERGUNTA: Não pelos instrumentos?

Maria Malta: Teriam que ser outros instrumentos, exigiria um outro investimento também, um maior contato com a realidade, então vimos que não havia condições. Um exemplo que deu muito trabalho foi o da escola que mais tarde foi descartada.

Nós não tínhamos controle nenhum sobre o que estava ocorrendo. O Centro de Cultura Luiz Freire tem um trabalho grande com as escolas indígenas, meio que uma assessoria militante. Os professores indígenas têm uma organização incrível, uma associação que luta por melhores condições para as escolas, por uma educação que respeite a cultura e que seja voltada para a realidade deles.

Então, nada melhor do que o Centro para fazer um estudo de caso sobre uma escola indígena, pois eles já têm acesso, já trabalham lá, enquanto nós não temos nada disso e seria ilegal nós chegarmos a uma área indígena e começarmos a fazer uma pesquisa. Tem que ter autorização e uma série de documentos que iam sair muito caro. Então o pessoal do Luiz Freire escolheu a escola, e até hoje eu não sei exatamente que

critérios os levaram a indicar aquela escola. Talvez, eles a tenham escolhido porque se trabalha com determinadas áreas indígenas e nessa área, eles escolheram aquela escola. A escola é distante, difícil de chegar, mas todos na pesquisa acreditavam que seria uma boa pré-escola para crianças indígenas.

Eles foram, fizeram a pesquisa na escola e escreveram o relatório. Quando houve o debate do relatório no grupo, surgiram muitas dúvidas, pois algumas coisas não estavam claras e nós percebemos que tinham coisas que não estavam bem explicadas. Então fizemos muitas perguntas para a Geise, que foi a coordenadora em Pernambuco, e que vinha para as reuniões. Eu só vim a entender o relatório quando fui ler os questionários que recebi.

Na realidade aquela era uma escola com características de uma escola rural, com classe única, com uma professora só e crianças de várias idades e quando a equipe saiu da escola ela não estava funcionando. Depois eu descobri que não era uma classe de pré-escola, era uma classe multiseriada de ensino fundamental. Por conta de toda a informalidade que tem este local, às vezes chamam crianças que tem menos de sete anos mas que não formam uma pré-escola. Tinham crianças que iam, outras não iam, teve uma semana que ninguém foi. Então você imagina como é que funciona essa escola.

PERGUNTA: As crianças iam sem uma frequência regular?

Profa. Maria Malta: Não dava para saber isso pelo questionário, dava para suspeitar. Depois, lendo as entrevistas com as mães, nós percebemos que o trabalho delas não era uma aldeia indígena tradicional, com futuro de subsistência, com a organização que dá. Essas mães trabalhavam nas propriedades vizinhas de bóia-fria. Elas iam todas as manhãs para roça carregando as crianças pequenas e passavam o dia inteiro capinando enquanto a criança ficava embaixo do arbusto, na sombrinha. A realidade delas não é a realidade de uma aldeia indígena.

Então o questionário não tinha nenhuma relação com a realidade delas. Mas dava para perceber nas respostas, que elas diziam assim: “Ia ser bom se tivesse uma creche aqui, porque eu não precisava carregar meu filho nesse sol; Ia ser bom se tivesse um lugar aqui para eu deixar o meu filho, porque eu levanto muito cedo, eu tenho que vir aqui, e quando chove também”.

Eu percebi lendo os questionários e falei pro grupo: “Gente, essas índias são trabalhadoras rurais não são mais de uma tribo”, e no relatório do estudo de caso eles não diziam nada disso. E depois a história do tal líder da comunidade. Foi falado que em cada comunidade ia ser ouvido um líder. Quem era o líder daquela comunidade? Era um cacique jovem de vinte anos que não mora na aldeia, mora na cidade. E nas respostas dele, o pessoal que foi entrevistar achou lindo e botou no estudo de caso. Mas ele dizia o seguinte: “Não, a tradição indígena não precisa de educação infantil, porque na tradição a criança participa da vida do adulto, em todas as atividades as crianças estão presentes, aqui a educação é integrada na vida”. E aquelas coisas todas bonitas. Eu só soube disso na hora em que eu fui ler o questionário e fiquei imaginando esse lugar e falei: “Mas que danado ! esse rapaz jovem que nem mora na aldeia. Ele diz que não precisa creche! E a mãe, que quase não entendeu nada do que estavam perguntando no questionário. Mas uma coisa ela entendeu: que era bom se tivesse creche ali”.

Então o que me ficou dessa história? Ficou que no fundo o trabalho que o pessoal fez no relatório escrito, muitas coisas são interessantes, mas ele reflete uma idealização dessa realidade, uma realidade que não existe. As contradições que eu consegui perceber no questionário não foram registradas no relatório. Se realmente

tivesse sido feito o estudo de caso isso tinha que aparecer, tinha que ser analisado, tinha que ser esmiuçado, entendido, compreendido.

Então, essa tribo não é mais uma tribo. Como é que ela sobrevive, como é a escola, que condições as escolas tem para funcionar. Teria que ser esmiuçado tudo isso no estudo de caso, mas o pesquisador teria que morar lá, teria que ficar lá algum tempo.

Teria que ser percebido o que aconteceu no Brasil. O caso da constituição de 88 ter dado direito de posse da terra aos grupos indígenas e aos grupos quilombolas, no caso dos negros. No momento em que a terra tornou-se direito, tornou-se também interessante para os índios, se declararem índios. Então aquele mesmo índio que negava que era índio, que escondia que era índio, porque na classe popular é a coisa pior que existe, ele agora quer mostrar que é índio porque ele quer ter a posse da terra.

Então os grupos que viviam em algumas áreas sem ter o documento de posse e que originalmente eram indígenas, mas agora são caboclos, são trabalhadores rurais, eles querem de novo se vestir de índio, querem de novo aprender como se canta nas festas de índio, querem de novo recuperar a língua que eles não sabem mais, para provarem que são índios e para provarem que eles têm direito aquela posse da terra.

Quer dizer então, que existe toda uma interferência na luta pela terra nas estratégias que esses grupos desenvolvem para provar que são índios, ou para provar que são quilombolas, para ter a posse da terra, pois a constituição abriu essa possibilidade para eles. Tanto que o IBGE foi contar quantos índios tinham. Os antropólogos achavam que era 300 mil índios no Brasil, o IBGE contou 700 mil índios. Ninguém sabia que tinha tanto índio no Brasil.

Eu vi, na apresentação desse movimento dos professores indígenas, que nem 10% deles tem a aparência física de indígenas porque eles já são muito miscigenados, mas ainda tem a tradição oral, essa herança histórica ainda existe, está presente. Nós que não sabemos, mas os índios foram proibidos de falar a sua língua, foram proibidos de dizer que eram índios, eles tiveram que negar isso durante muito tempo. Agora é tudo ao contrário, tem que voltar a falar a língua indígena e voltar a dizer que é índio. É todo um processo complexo que está acontecendo.

Eu achei que no depoimento do cacique ele estava dizendo o jeito que ele queria que fosse e não o que na realidade é. Então você vê como é contraditória a realidade.

O estudo de caso teria que está trazendo tudo isso, mas no arcabouço da pesquisa, não tinham condições objetivas de se fazer isso. Então eu digo que essa é uma questão complicada. Peço a vocês para ter um pouco de cuidado com as informações oriundas desse tópico, porque acabou não sendo o que a gente gostaria que fosse. Por exemplo, no caso das creches de empresas no Rio Grande do Sul. Nós sabíamos que tinham várias creches de empresas, só que elas foram fechadas. Com esse rolo das empresas, elas nos mandaram embora e também fecharam creches que funcionavam em empresas. Então a equipe da URGs foi procurar creches em empresas e não encontrou, não existiam mais. O que eles encontraram foi uma creche governamental, do governo estadual, que funcionava no centro administrativo para atender os filhos de funcionários de vários órgãos estaduais.

A creche então é de empresa, mas na realidade é governamental, é mais ou menos oficial, e com características muito específicas. Até esse trabalho sobre essa instituição ficou um trabalho interessante. Mais não era a idéia que nós tínhamos de uma fábrica. Era um outro perfil de família, diferente de classe média.

Então essa é a nossa história do estudo de caso nessa pesquisa. Mas toda pesquisa tem seus desafios, coisas que dão certo, coisas que não dão e a gente aprende com tudo isso. O pessoal era muito entusiasmado. Eu me lembro quando eu, a Livia e a Rita falávamos assim: “Olha gente, não vamos dar o passo maior que a perna; Vamos

com calma, nós não vamos dar conta de fazer isso, não vai ser fácil; Não vamos fazer, vamos acontecer”. Então acabou. Existem os relatórios, mas eu não sei o que vai acontecer. Um artigo, algo assim. Para desenvolver tudo, todo o potencial, teriam que existir mais e melhores condições.